

## O ESPAÇO DO SEMINÁRIO<sup>1</sup>

### L'ESPACE DU SÉMINAIRE

**Manar Hammad<sup>2</sup>**

**Silvia Mercedes Arango**

**Eric de Kuyper**

**Emile Poppe**

0. Introdução. – Estudo da expressão: 1.1 Sistema /vs/ Sistemas; 1.2. Terceiro sistema ou o envelope; 1.3. O segundo sistema, ou o envelope mobiliado; 1.4 O primeiro sistema, ou o envelope mobiliado e contendo usuários. – II. Estudo do conteúdo: 2.1 Programa e contrato; 2.2 Nível de superfície: o deslocamento, o fazer visual, a fala; 2.3. Nível profundo. – III. Ensaio de pôr em relação expressão e conteúdo: 3.1 Semiose e comutação; 3.2 Os polos, expressões de signos do nível profundo. – IV Conclusão.

0. Introduction. – I. Étude de l'expression: 1.1 Système /vs/ Systèmes ; 1.2 Le troisième système ou l'enveloppe ; 1.3 Le deuxième système, ou l'enveloppe meublée ; 1.4 Le premier système, ou l'enveloppe meublée et contenant des usagers. – II. Étude du contenu : 2.1 Programme et contrat ; 2.2 Niveau de surface : le déplacement, le faire visuel, la parole ; 2.3 Niveau de profondeur. – III. Essai de mise en relation de l'expression et du contenu : 3.1 Sémiotique et commutation ; 3.2 Les pôles, expressions de signes du niveau profond. – IV. Conclusion.

### **0. Introdução**

Este estudo é o resultado de um trabalho coletivo efetuado no quadro do atelier “Semiótica do espaço”, no interior do Centro de pesquisas sêmio-linguísticas (dir. A.J. Greimas). Optamos por analisar o espaço do seminário semanal de M. Greimas na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais porque o conhecíamos particularmente bem por frequentá-lo regularmente, porque podíamos continuar a observá-lo e, porque, enfim, podíamos propor nossa análise ao próprio seminário para que refletisse sobre nosso trabalho e sua própria prática. Somos, portanto, ao mesmo tempo observadores e observados, e nosso texto deve por isso ser afetado.

---

<sup>1</sup> HAMMAD, Manar; ARANGO, Sylvia; DE KUYPER, Eric; POPPE, Emile. L'espace du séminaire. In: *Communications* 27, p. 28-54, 1977. Tradução de Luiza Helena Oliveira da Silva, sob autorização de Manar Hammad, coordenador do G107.

<sup>2</sup> Professor da Universidade Paris III (Sorbonne Nouvelle). E-mail: manar@noos.fr

O ponto de partida teórico é a pesquisa publicada pelo Grupo 107<sup>3</sup>, propondo um modelo de análise do espaço enquanto sistema significante. De um ponto de vista semiótico, o modelo se inscreve na esteira de trabalhos de L. Hjelmslev e de A. J. Greimas, dos quais fez empréstimos conceituais e terminológicos. Por outro lado, o Grupo 107 considera que o espaço não ganha seu sentido senão em função do uso que dele é feito, do fazer que nele se desenvolve. Esse fazer, posto no nível do conteúdo, exige a presença no nível da expressão de pessoas que se deslocam num meio ambiente material. Por consequência, se o nível do conteúdo não é mais que uma categoria de unidades (o fazer), o da expressão apresenta três componentes: as pessoas, o espaço de seu movimento, e o espaço que lhe é impenetrável (o do objetos). Três observações se impõem aqui:

- as pessoas desempenham papel muito importante nessa semiótica;
- o movimento é uma das características principais das pessoas;
- os três componentes acima não são propriamente categorias de unidades de expressão; elas concorrem para a formação destas últimas.

A expressão do signo que corresponde a um fazer é chamada *topos* (pl. *topoi*) pelo Grupo 107. Um *topos* é um espaço, um volume que contém pessoas e objetos. É a unidade de três dimensões (geometricamente falando) cujas fronteiras podem ser determinadas considerando simultaneamente os dois níveis de expressão e do conteúdo.

O seminário será, portanto, analisado quanto ao *topoi* no nível da expressão (§ I), quanto ao fazer no nível do conteúdo (§ II). Em seguida, tentaremos colocar os dois recortes em relação (§ III).

## 1. Estudo da Expressão

### 1.1. *Sistema* /vs./ *Sistemas*

A análise semiótica do seminário pressupõe que este último é um “texto” ou, em outros termos, um processo no âmbito do sistema de uma semiótica espacial. Uma descrição exaustiva enfrenta rapidamente uma dificuldade metodológica: como separar o que é pertinente do que não é? A comutação nos assegura poder encontrar uma solução conforme às hipóteses da semiótica espacial escolhida: sendo dado que o conteúdo se articula no fazer, as unidades pertinentes da expressão são aquelas cuja modificação provoca uma modificação

---

3 Pesquisa DGRDT, Paris, 1973.

concomitante do fazer.

Uma tal análise permite constatar a presença simultânea de três sistemas superpostos no texto objeto de estudo. Cada um desses sistemas pode ser lido mediante traços, que são como suportes de enunciados imbricados exprimindo classes de fazer específicas, pressupondo enunciadores distintos.

O sistema que se oferece imediatamente a nossa observação é o do seminário de Greimas. É o objeto primeiro da análise. Ele pressupõe, contudo, um outro sistema: o da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, que produz a classe de seminários, incluindo o de Greimas. O segundo sistema pressupõe um terceiro: o do construtor que levantou os prédios, e inclusive a sala em particular, nos quais se desenvolvem as atividades da Escola.

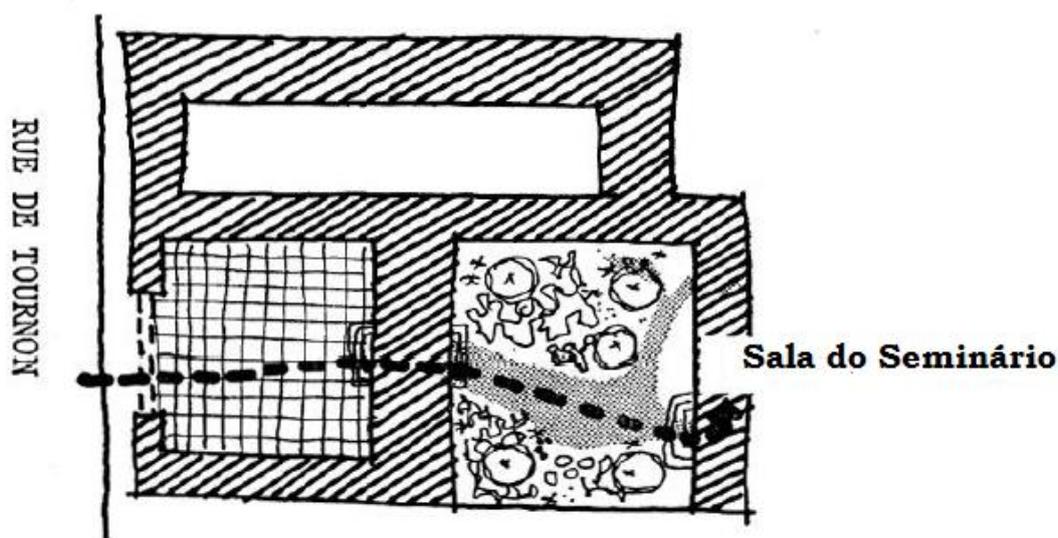
A relação de pressuposição ordena os três sistemas em uma cadeia lógica linear. Acontece que essa ordem coincide com uma ordem temporal: a construção dos lugares precede sua organização pela EHESS<sup>4</sup> para ali instalar seminários, e a EHESS por sua vez precede à criação do seminário de Greimas. A congruência de ordem lógica e temporal é não necessária, e somente a ordem lógica nos interessa para a análise do sistema. Antes de analisar em detalhe cada um desses sistemas, nós os apresentaremos aqui brevemente:

No seminário mesmo (primeiro sistema), o fazer significado é o da comunicação de um saber. A tomada da fala ali é a expressão da posse de um saber: a pessoa que faz uma exposição comunica seu saber, o que critica o faz por um outro saber que lhe permite avaliar o que lhe é oferecido, e o que propõe uma questão expressa um não-saber relativo. De fato, se todos os participante negam em uma certa medida seu saber anterior, aceitam um contrato implícito que visa à produção de um novo saber. Analisaremos isso mais detalhadamente no parágrafo II. O segundo sistema é o da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, cujo fazer significado é a produção de um saber que seja comunicado ao exterior do quadro do primeiro sistema: há uma obrigação de abertura do seminário, que se exprime por seu caráter público, a renovação regular de seus membros, e a produção de textos distribuídos ao “exterior”. O terceiro sistema, pressuposto pelos outros dois, é o do construtor. A disposição geral da sala, os detalhes de sua configuração, assim como sua situação no conjunto das construções, significam que esse lugar foi destinado não a uma seminário, mas à exposição de uma série de quadros (cf. § 1.2). Para chegar a essa sala vindo da rua, deve-se atravessar sucessivamente um pátio, um hall, um jardim, um vestíbulo, subir uma escada. Esse caminho

---

<sup>4</sup> Mantivemos a sigla correspondente à denominação francesa: École des Hautes Études en Sciences Sociales. NdT.

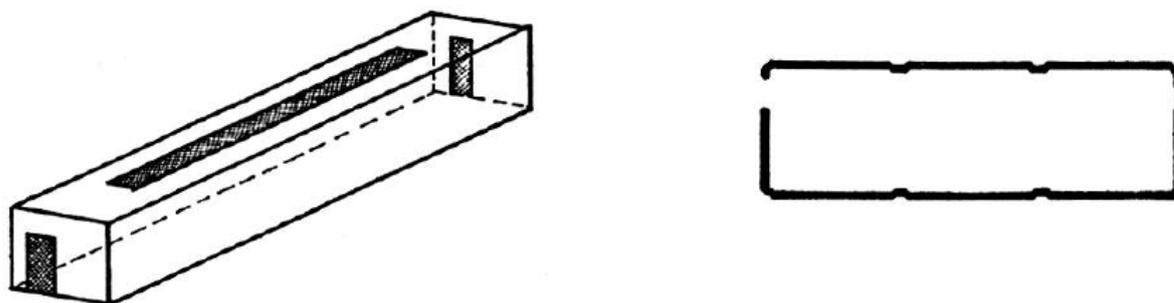
atravessa cinco portas e quatro lugares antes de alcançar o destino que se parece com um beco sem saída. Dado que a rua é um espaço público, e que a penetração num lugar é uma transição do público ao privado, a sala analisada se coloca no polo mais privado da sequência sintagmática dos lugares. Um tal investimento é homogêneo à disposição dos objetos reunidos numa coleção de obras de arte; parece estranho para a implantação de um seminário público.



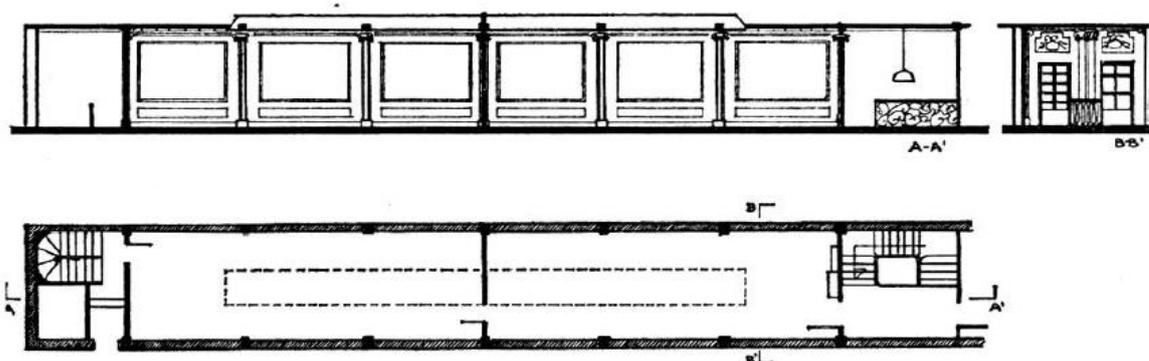
### **1.2. O terceiro sistema ou o envelope**

Começamos pela análise do terceiro sistema. Temos para isso duas razões: 1) ele está pressuposto pelos outros dois e, nesse sentido, é o primeiro; 2) é mais simples no plano da expressão, pois subsiste apenas como envelope. Com efeito, se a sala de exposição conheceu móveis, estes desapareceram, assim como os quadros. O que nos resta é uma “caixa” cujas paredes conservam um tratamento que vamos estudar.

De um ponto de vista topológico, é uma superfície convexa vazada por três orifícios: uma vidraça para a claridade, duas portas para a circulação. Apenas uma das portas é aberta e o fato de que a segunda seja fechada (ainda que seja uma saída de emergência) transforma a sala em beco sem saída cuja planta baixa é a seguinte:

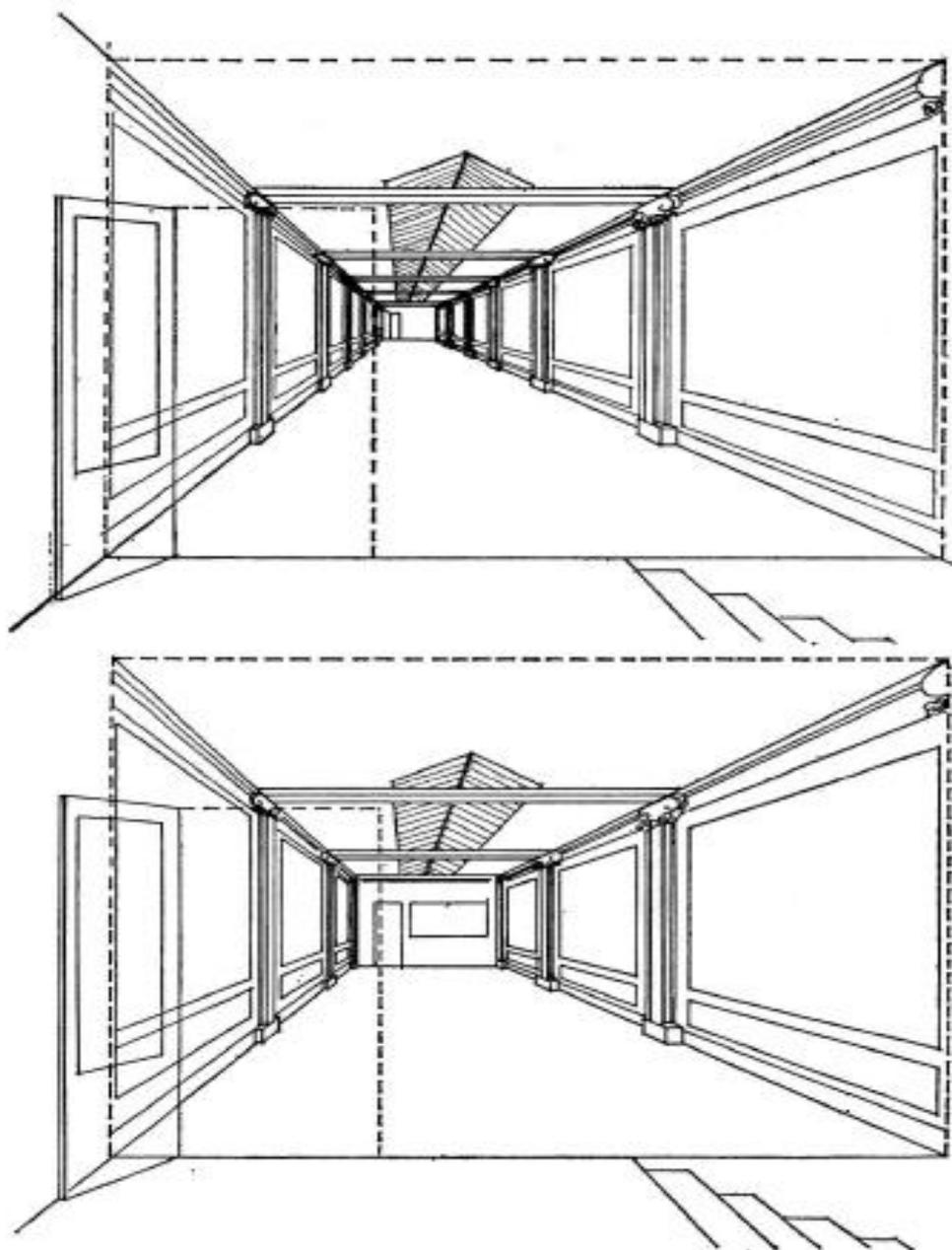


As duas portas se colocam frente a frente e são dispostas nas paredes de menor dimensão. O exame da divisória de fundo (a da porta condenada) mostra que é uma separação leve não solidária às paredes em que se apoia por dois batentes de madeira. De outro lado da divisória, há uma sala semelhante à do seminário. Deduz-se que a divisória não faz parte do sistema de construção e que ela foi adicionada pelo EHESS para o uso de seus seminários. É aliás essa divisória que sustenta o quadro negro. A sala original chega a ser duas vezes maior. Topologicamente, ela é idêntica à do seminário: possui uma janela única para a iluminação e duas portas, sendo uma a principal (valorizada por uma escadaria de pedra e um grande patamar iluminado por uma claraboia) e a outra secundária (escada em madeira, estreita, não iluminada).



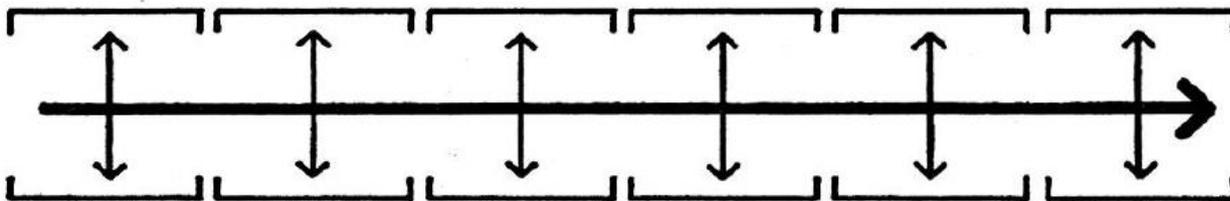
A relação entre o lado grande e o pequeno é de seis, e são visualmente marcadas em cada parede sete pilastras planas ligeiramente salientes com relação à parede. A **parede** de fundo é sensivelmente quadrada, e a sala inteira se apresenta como seis cubos justapostos. Logo após cada par de pilastras uma viga atravessa o teto e a claraboia. Da porta de entrada, o visitante tem uma visão perspectiva bem alongada, cujas linhas horizontais são acusadas no chão, na junção das paredes e do teto, em torno da vidraça. Esses pontos de fuga são ritmados

por pilastras e vigas que sobredeterminam a profundidade, marcando as divisões iguais.



Trata-se de um volume concebido e tratado em função da perspectiva, e esta última pressupõe um observador privilegiado que pode ver a sala livre de todo objeto de obstáculo. O grande eixo da sala convida ao deslocamento, o passeio ao longo desse eixo, e o deslocamento é segmentado em seções determinadas pelas pilastras. Em cada seção, há um eixo ortogonal inicial, que organiza a visão com relação às partes de parede assim delimitadas. A conjugação

desses dois eixos (vista geral vs. visões parciais) é típica dos lugares de exposição tais como se fossem concebidos pelo “sistema das Belas Artes”.

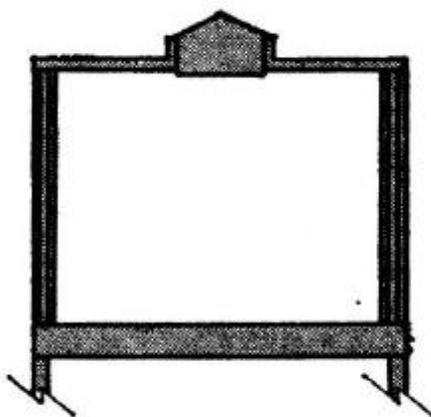


O tratamento dos detalhes revela uma intenção estética manifesta: as pilastras são pintadas em falso mármore vermelho, estão instaladas sobre capitéis icônicos dourados. Os painéis das paredes entre pilastras são extensões de tela num quadro emoldurado. A junção das paredes e do teto recebe uma cornija emoldurada que continua nas vigas atravessando a sala de pilastra em pilastra. A escada de acesso é dotada de um corrimão de ferro forjado, iluminada por um painel zenital circular dividido em partes e enfeitado por vidros texturizados. Tudo isso concorre para dotar a sala de um estatuto privilegiado que confirma sua posição “privada” depois do pátio, o prédio principal, e o jardim. Além disso, há uma vontade de exprimir a cultura (pilastras, capitéis, molduras) e um certo estatuto social. Aliás, o conjunto de prédios forma um hotel particular “à moda francesa”.

A sala assim descrita, e inscrita em seu contexto, supõe um grande número de fazeres possíveis. Poderia ser uma sala de recepção para comer ou para dançar. Poderia ali abrigar uma biblioteca. Poderiam ser ali expostos quadros. Nessa classe de fazer, operaremos uma escolha em função de arranjos particulares da sala. Podemos rejeitar o fazer “habitar” porque isso não corresponde a qualquer uso cultural: a sala é grande demais (112,4 m<sup>2</sup>), cumprida demais e, sobretudo, *não possui janela alguma* embora sua parede oeste desse para um jardim agradável. Essa ausência de janelas não faz excluir também o uso como sala de jantar ou sala de recepção. Em contrapartida, a iluminação zenital é aquela geralmente adotada pelas salas de exposição de pintura à óleo porque elimina os reflexos que aparecem diante de outra iluminação. Não somente a luz é assim controlada, como também as paredes são inteiramente divididas e podem receber obras de arte a expor.

Atualmente, a vidraça apresenta duas inclinações e se encontra elevada em relação ao nível do teto. Uma tal disposição não se justifica, sobretudo porque ela mostra os “chassis” metálicos suportes dos vidros, o que seria culturalmente recusado para uma sala de prestígio.

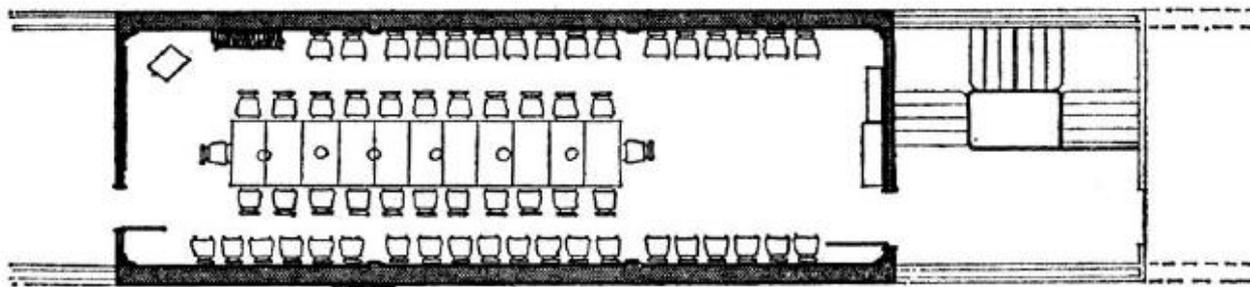
De fato, a borda da cavidade da vidraça, no nível do teto, porta ferragens regularmente espaçadas e que deviam servir de suporte a um teto de vidro horizontal, provavelmente compartimentado como o do vestíbulo no patamar. Um tal teto duplo não tem apenas uma função estética: desempenha uma papel de regulador térmico, criando um colchão de ar entre a sala e o exterior, e assegurando um melhor isolamento. Esse cuidado com o isolamento (controle da temperatura e da umidade) se encontra em ambas as paredes da sala (o que se pode ver nas duas aberturas de ar) e na elevação da sala em relação ao térreo.



Uma atenção particular foi dada à construção dessa sala, para um fazer preciso: conservar e propor aos olhares uma coleção de pintura.

### 1.3. *O segundo sistema ou o envelope mobiliado*

Tratar-se-á aqui do discurso do EHESS que organizou a sala para colocá-la à disposição dos seminários de Greimas, Barthes, Marthelot, Verón, ... A localização das mesas e das cadeiras, a posição do quadro-negro, a impossibilidade de circular imposta pela estreiteza dos lugares, tudo isso concorre para exprimir um fazer preciso: o do seminário de pesquisa e de ensino. Notamos, contudo, que essas salas servem de tempos em tempos a assembleias gerais de estudantes que discutem seus problemas e a conduta a adotar frente ao poder e seus representantes. Trata-se de um fazer outro, mas talvez não tão imprevisto num estabelecimento universitário...



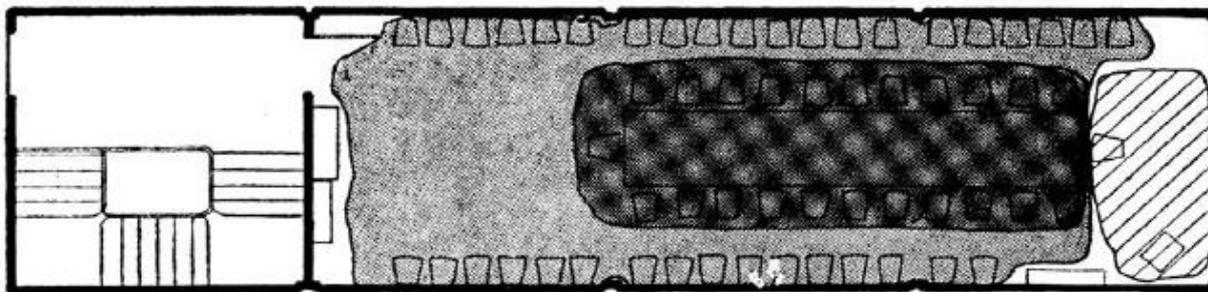
A disposição das cadeiras (uma arrumada ao longo da mesa, outra ao longo das paredes) interdita toda circulação quando as ditas cadeiras estão ocupadas. Veremos (§ 1.4 e § 2.2) que isso produz um espaço estático onde ninguém se desloca e explica o abandono por Greimas da pausa do meio da sessão que ele tinha o hábito de reservar quando fazia seu seminário no nº 54 da Rua Varenne.

O que acabamos de dizer diz respeito à sala, mas supõe os usuários. O fazer que pomos como conteúdo pressupõe pessoas no nível da expressão e isso em conformidade ao que dizíamos na introdução. Vamos prosseguir no estudo da sala segundo essa problemática.

Consideraremos a sala inteira como um topos, e tentamos ver quais são as divisões que nela podem ser encontradas. Primeiramente, podemos agrupar todas as cadeiras que permitem a seu usuário olhar a mesa, e opô-las à única cadeira de costas para o quadro (para as razões dessa divisão, cf. p. 11 e 12). Ao primeiro grupo corresponde um topos que engloba a maior parte da sala. Ao segundo grupo corresponde o espaço entre a cadeira e a mesa. Essa divisão nos dá, portanto, dois *topoi*. Embora seja difícil decompor o pequeno topos que não tem senão uma cadeira, é fácil distinguir nos grandes *topoi* duas subdivisões: o topos formado pela mesa e as cadeiras que estão em contato com ela, e o resto das cadeiras. Se se atribui o pequeno topos ao professor responsável pelo seminário (cf. p. 36), pode-se dar uma dupla classificação hierárquica dos *topoi* que acabamos de encontrar:



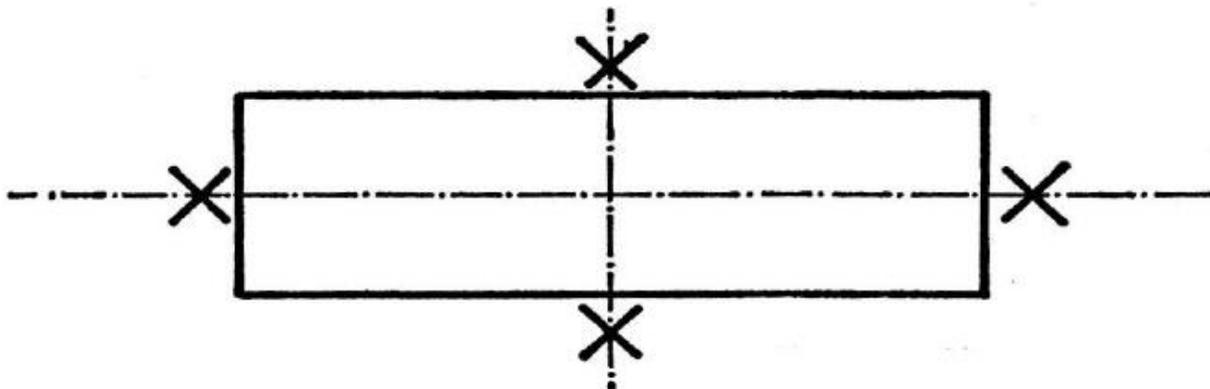
No nível 1, o topos professoral é valorizado com relação ao da assistência. No nível 2, o topos em torno da mesa, pela contiguidade direta que tem com o topos professoral, é valorizado com relação ao topos restante.



A própria mesa tem uma altura que corresponde a um plano para escrever ou para comer. Se a altura exclui assim o fazer “desenhar”, é o contexto que exclui o fazer “comer”: lugar público, instituição universitária, quadro-negro, ausência de cozinhas... Há aqui concordância entre o fazer “escrever” e o da destinação global da sala nesse sistema do EHESS.

Como toda mesa, esta aqui é centrípeta<sup>5</sup> e impõe às cadeiras uma posição dada: o usuário destas últimas olha em direção ao interior da mesa. Por outro lado, as dimensões da mesa impõe àquele uma posição na sala: não se pode atravessá-la sem perturbar consideravelmente o desenvolvimento do seminário. Ao contrário, pode-se deslocá-la ao longo do grande eixo da sala. O lugar ocupado, entre todos os que são possíveis, é ligado ao quadro-negro (administra o topos professoral) e define simultaneamente um “resto”. Enfim, a forma retangular da mesa lhe dá dois eixos que, na cultura ocidental, valorizam os lugares assentados lá onde os eixos cortam o contorno.

5 Bonta Juan Pablo, « L'architecture comme système d'information », in Journées Informatique et Conception en Architecture, Rocquencourt, IRIA, 1972.



Assim, as duas extremidades da mesa ao mesmo tempo que os meios dos grandes lados são valorizados. Constata-se que os professores ocupam sempre uma dessas quatro posições, com uma preferência pela extremidade próxima ao quadro-negro.

Os *topoi* que fizemos acima são divisíveis: são formados por unidades menores que satisfazem à definição do topos e que são formados cada um por uma cadeira e o usuário que ela pressupõe. A eles correspondem unidades de conteúdo que são o fazer do usuário durante o seminário. Retornaremos a isso. Notemos aqui que esses *topoi* são orientados pelo olhar do usuário pressuposto: a cadeira tem um à frente e um atrás; o espaço que está à frente é valorizado e o que está atrás é desvalorizado, negado. As cadeiras que são arranjadas ao longo da parede negam este último e afirmam a importância do espaço interior do topos do seminário. As cadeiras que envolvem a mesa afirmam a importância deste último.

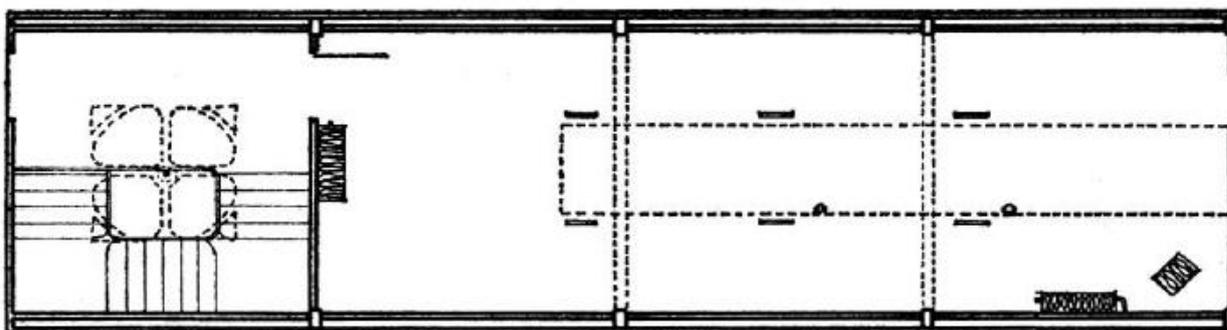
Por outro lado, se as cadeiras não convergem (direcionalmente) em direção ao quadro, elas permitem todas a seu usuário ver este último, salvo uma cadeira que obedece à regra da mesa e não obedece à regra do quadro: elas afirmam a primazia do que se passa em torno da mesa com relação ao que se passa em torno do quadro-negro. Assim, ela define a detenção do saber: não há necessidade de ver o quadro-negro, sabe-se o que há ali uma vez que é ele que o utiliza e inscreve nele o que os outros procuram ver. No caso em que o detentor do saber não utiliza o quadro-negro, ele não pode ficar próximo deste, e colocando-se sobre o pequeno eixo da mesa, despolariza o grande eixo.

A cadeira atribuída ao detentor do saber é sempre ligada à mesa (cf. § 3). O fato de estar em torno dela é, portanto, valorizado. Além disso, nesse perímetro mesmo, são valorizados os *topoi* mais próximos daquele do professor. Temos então duas relações que introduzem uma hierarquia entre os *topoi* mínimos:

- em torno da mesa /vs. / alhures;

- perto do professor /vs./ longe do professor.

Em tudo isso, não vemos reaparecer o sistema do construtor que se acha obliterado, dessemantizado. Restam apenas algumas restrições: beco sem saída, dificuldade de circular, alongamento da sala que exagera o distanciamento de certos participantes. O controle da luz é inútil aqui: as janelas fariam bem o serviço, e a noite há a iluminação artificial; o controle climático é inadequado: visava a uma constância de temperatura e de umidade em regime estável e contínuo, embora o uso do seminário exija uma ventilação eficaz, daí a desmontagem do teto de vidro para aumentar o volume de ar e a instalação de ventiladores que espalham a fumaça dos cigarros. Lá onde a divisória está instalada, as pilastras em falso mármore e os capitéis foram escondidos por uma cofragem de madeira. Nenhuma atenção é prestada à utilização antiga da sala, que está implicitamente negada em proveito de um mobiliário que significa um fazer novo: o do seminário.



#### 1.4. *O primeiro sistema ou o envelope mobiliado com seus usuários*

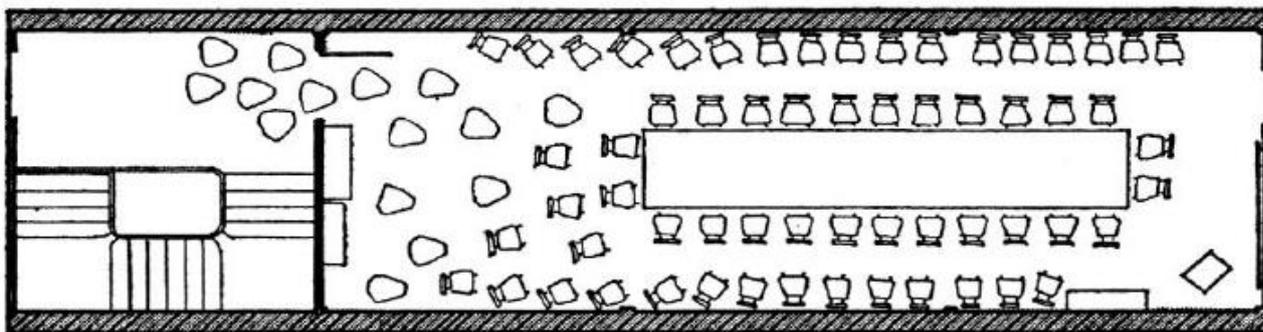
O seminário de Greimas acontece todas as quartas-feiras na sala descrita acima. Durante duas horas, os participantes utilizam o espaço e seu fazer subdetermina o sentido, eliminando um grande número de fazeres possíveis expressos pelo segundo sistema. Nossa observação cobriu metade do ano universitário 1975-1976, e a análise acima depende em certa medida das realizações contingentes em questão.

De modo geral, o seminário é dirigido por Greimas, que convida frequentemente alguém a fazer uma exposição longa. A participação da assistência é variável, e as discussões podem tanto acontecer durante a exposição quanto ao seu final.

Ainda que não seja o de um curso magistral, o fazer do seminário pode ser descrito, numa primeira aproximação, como o de uma transmissão de saber. O destinador é Greimas, ou a pessoa a quem ele delega esse papel, e o destinatário é o conjunto dos participantes, que

desempenham coletivamente um papel único. A discussão muda esse esquema de base e o fato de que em vez de uma transmissão se pode falar de produção do saber. Retornaremos a esse ponto na análise do conteúdo.

Continuemos a análise da expressão, colocando na sala do parágrafo 1.3 os participantes do seminário. A primeira observação concerne ao topos global: a sala é inteiramente cheia. Todas as cadeiras dispostas em torno da mesa e alinhadas ao longo das paredes são ocupadas, e se dispõe num espaço vazio entre a mesa e a porta um número variável de outras cadeiras trazidas do exterior. Muito frequentemente, falta lugar, e os últimos que chegam instalam-se com cadeiras dobráveis (distribuídas por um atendente) que são instaladas no patamar exterior à sala mas em uma posição que permite ver Greimas ou o convidado como expositor à sessão.



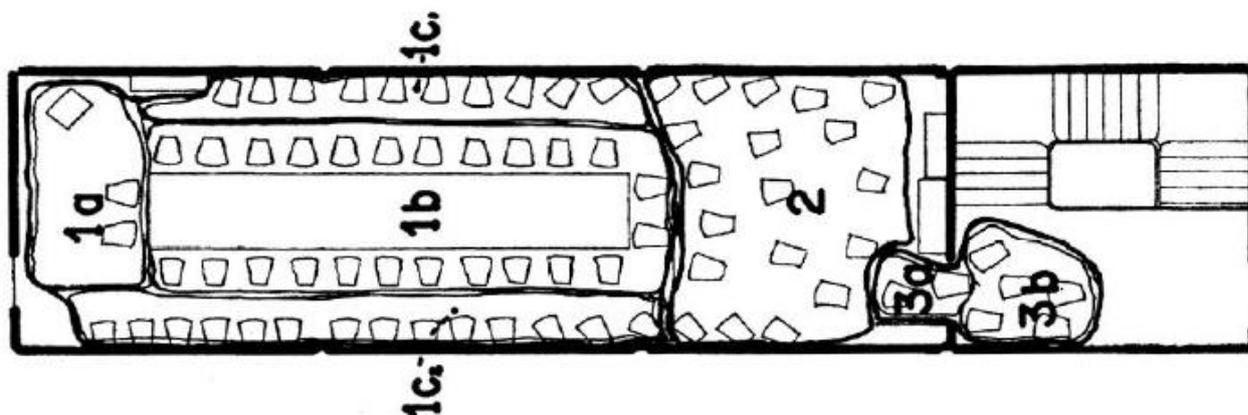
A primeira divisão desse topos resulta em três *topoi*:

1. Em torno da mesa, compreendendo as cadeiras contra a parede. Esse é o núcleo do seminário, o lugar onde os participantes se sentam “no” seminário, e onde se concentra a maior parte das intervenções nas discussões. Os fazeres que qualificaremos “interiores ao seminário” se desenrolam ali.

2. Entre a mesa e a parede de entrada. Nesse topos, os participantes não se sentam propriamente no seminário. São antes “ouvintes” que se contentam em escutar e não tomam a não ser extraordinariamente a fala para intervir nas discussões. Conjuntamente, nesse topos tem lugar os fazeres “exteriores ao seminário” e que transgridem as proibições (cf. § 2.2).

3. Na entrada e no patamar, o ouvinte é passivo ao nível do seminário: contenta-se em escutar, olhar, escrever, sem intervir de modo ativo. As interdições são transgredidas mais facilmente, sobretudo a do movimento: desloca-se no patamar.

O segundo nível de recorte resulta nas unidades seguintes:



1a. O espaço entre a mesa e o quadro-negro, onde se encontra Greimas, com o convidado quando há um lá. É o lugar privilegiado da fala.

1b. A mesa e o conjunto de cadeiras que a envolvem, à exceção das de Greimas e do convidado. É o espaço restrito do seminário, aquele se aproxima da mesa redonda na qual todos os membros são iguais.

1c. As duas fileiras de cadeiras alinhadas contra as paredes e cuja proximidade do topos coloca no seminário todos rejeitando o esquema favorecido no topos 1b.

O topos nº 2 não se subdivide em unidades comparáveis à divisão 1a, 1 b, 1c. Ao contrário, o topos nº 3 conhece duas partes:

3a. No interior da sala entre o batente da porta e o volume do aquecedor (cofragem em madeira), há um lugar ambíguo: nem dentro, nem fora.

3b. No patamar, o topos sendo no exterior da sala definida no parágrafo 1.2, mas cuja existência está ligada ao que se desenvolve no interior. Constitui uma excrescência temporária.

O terceiro nível de recorte confere unidades mínimas que contêm um único indivíduo, sentado sobre uma cadeira, às vezes um objeto anexo (p. ex.: cinzeiro). Notemos que o topos 1a já possui essa composição, mas que ele é o único a entreter com o conjunto dessas unidades uma relação de pressuposição mútua: de fato, se Greimas (ou seu substituto) não está ali, ali não pode haver o seminário. Ao contrário, nenhum participante particular está pressuposto: é a 1ª classe de participante que é necessária ao desenvolvimento do seminário. Essa relação de dupla pressuposição não deve ser situada no nível dos indivíduos mas no nível dos *topoi*, porque o seminário não poderia se desenvolver sem articular o espaço: caso o seminário fosse transportado para um espaço livre, decomporia nesse primeiro um topos

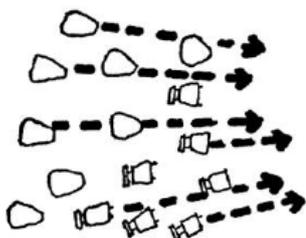
global no interior do qual se definiriam ao menos dois *topoi*, o da fala e o da escuta (cf. § 3).

Na medida em que todos os participantes estão reunidos numa mesma classe, eles desempenham papéis equivalentes e comutáveis; nesse sentido, eles definem *topoi* sinônimos. Essa sinonímia tem uma influência sobre a disposição espacial dos *topoi*: vimos que os eixos da mesa definem quatro localizações privilegiadas. Os centros dos grandes lados são dessemantizados desde que Greimas se instale numa extremidade da mesa. Contudo, a outra extremidade permanece marcada e define um *topos* distinto dos outros que atribuiria a seu ocupante um estatuto diferente daquele dos outros participantes, porque a posição axial é evacuada e a cabeceira da mesa recebe dois *topoi* dispostos de uma parte e de outra do *topos* privilegiado que permanece vazio: ninguém será distinto.



Há um mecanismo análogo na outra extremidade: quando Greimas convida alguém a tomar a fala, ele desloca sua cadeira de modo que ali haja dois *topoi* no *topos* professoral (próximo do quadro-negro), em igualdade pois a posição axial privilegiada é evacuada. Pode-se notar, contudo, que Greimas se coloca quase sempre à direita de seu convidado, não que a posição esquerda /vs./ direita seja valorizada, mas porque o instala no eixo da porta de entrada e autoriza a ligação visual com o *topos* 3b no patamar, o que lhe permite também exercer um controle visual sobre a totalidade do *topos* global (cf. § 2.2 et § 3.3). Acontece que certos convidados, não conhecendo os hábitos, ocupam esse *topos*, o que não perturba o desenrolar do seminário: essa regra de controle visual não é, portanto, necessária.

Pela mesma razão (equivalência de papéis) os *topoi* mínimos do *topos* nº 2 (entre a mesa e a entrada) se dispõem em arcos e círculos mais ou menos irregulares que permitem aos participantes ver Greimas.



As cadeiras enfileiradas ao longo das paredes se acham assim deslocadas, para que sua direção (cf. § 1.3) convirja realmente em direção ao lugar de fala. Ao contrário, os *topoi* mínimos do topos 1c, enfileirados ao longo da parede, não violam a regra, o que quer dizer que eles se encostam na parede. Ainda mais, respeitam a presença das pilastras que ficam ressaltadas enquanto que as pilastras recebem os *topoi*.

O tipo de cadeira importa pouco, e há três deles na sala: a cadeira tipo “educação nacional” em tubo metálico e placas de madeira prensada, um modelo dobrável em madeira, e um modelo em plástico e metal. A única característica que desempenha um papel é o do congestionamento: as cadeiras são muito estreitas, o que permite colocar um grande número ao longo da parede ou em torno da mesa. Além disso, uma cadeira em si mesma não é significativa no nível do seminário. Se ela pressupõe um utilizador, o papel que desempenha esse usuário não advém da cadeira em si mesma, mas da localização que ela ocupa, e isso com relação à mesa e ao quadro-negro na sala. É, portanto, a posição relativa dos *topoi* mínimos que é significativa no nível do seminário. Essa observação é verdadeira também para os *topoi* não mínimos (cf. § 3.1). Observamos acima que o seminário pode ter lugar ao ar livre, caso em que não há cadeira alguma, nem mesa, nem quadro; o que significa então o espaço do significado é a posição respectiva dos dois *topoi* principais, o do sujeito e o do anti-sujeito (assistência): a assistência rodeia o detentor do saber, deixando este numa posição excêntrica à borda de uma cavidade que tende a ser circular (§3).

## II. Estudo do conteúdo

### 2.1. Programa e contato

O objetivo do seminário é a produção de um saber, produção analisável em uma transmissão e uma transformação de saber. Há transmissão do objeto valor saber entre um sujeito destinador detentor do saber e um anti-sujeito destinatário não detentor do saber.

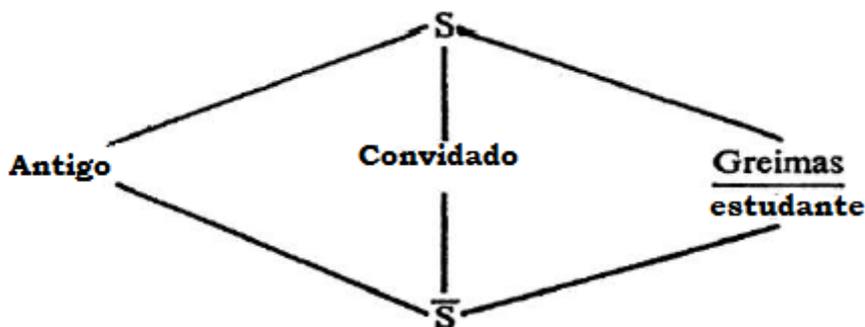
S ----- O -----> S̄

O anti-sujeito vem ao seminário afirmando um não-saber, isto é, uma situação de falta, e sua participação no seminário é uma busca. Há, portanto, um querer-saber manifesto pela localização do destinatário e sua vinda ao seminário para reparar, por aquisição de um objeto-saber, a situação de falta que ele exprime. Essa afirmação de ignorância é retórica: o participante sabe o que ele procura e que pode encontrar antes do seminário. Por outro lado, não pode assimilar esse saber (e, portanto, recebê-lo como objeto-valor) a não ser que possua um saber anterior – que lhe permite avaliar o que deve satisfazer sua busca.

De modo simétrico, o destinador afirma um não-saber, uma vez que aceita dizer que o seminário opera uma transformação do saber que ele propõe, realizando assim a produção do saber desejado pelo EHESS. Da mesma forma, o destinador submete seu discurso à avaliação do destinatário, afirmando com isso o saber deste último e um certo não saber de sua própria parte. Há, portanto, uma inversão de papéis, o destinador se tornando destinatário do saber e inversamente.

Consequentemente, o programa do seminário não se limita a um contrato simples entre um sujeito e um anti-sujeito; e deveríamos em vez disso falar de uma convenção, no sentido de que o programa é complexo, modalizado, e bem flexível para permitir a inversão de papéis. Continuaremos, contudo, a falar do sujeito e do anti-sujeito no sentido do esquema de base acima, para a simplicidade da exposição.

O que acabamos de dizer poderia se aplicar a todo seminário do EHESS. O seminário de Greimas manifesta uma outra variedade de complexidade: a multiplicação do destinador. De fato, Greimas convida outros pesquisadores a fazerem comunicações, e lhes cede temporariamente seu papel; além disso, alguns membros do seminário são mais antigos que os outros e, possuindo por isso um saber intermediário entre o do destinador e o da maioria dos destinatários. São esses “antigos” que intervêm mais frequentemente na discussão e servem de mediadores entre o sujeito e o anti-sujeito. Enfim, o convidado de Greimas faz frequentemente parte desses antigos. “Convidado” e “antigo” são, portanto, termos complexos que correspondem ao mesmo tempo ao sujeito e ao anti-sujeito. Daí o esquema:



Tanto para o sujeito como para o anti-sujeito, o fazer do seminário se resume, portanto, a um programa narrativo: aquisição, transformação, produção de um saber. A realização desse programa passa por um certo número de outros fazeres: falar, escutar, escrever, olhar, andar... todos fazeres que parecem remeter ao nível de superfície, embora a produção do saber apareça como o nível profundo. Tomaremos cada um desses níveis separadamente (cf. § 2.2 et § 2.3), limitando-nos apresentá-los aqui.

Os fazeres correspondentes ao nível de superfície podem ser divididos em duas categorias com relação ao critério do deslocamento: o deslocamento de todo corpo /vs./ não deslocamento de todo o corpo.

A primeira categoria é a do movimento, com relação ao qual se o lugar do topos (cf. introdução). A segunda categoria compreende os fazeres seguintes: falar, escutar, olhar, escrever, fumar. Esses diferentes fazeres, que correspondem todos ao nível de superfície, são pertinentes para a significação do seminário: seu modo de realização permite classificá-los como interiores ou exteriores ao seminário.

A categorização em interior/exterior ao seminário depende de convenções culturais que definem a congruência entre o nível profundo e o nível de superfície: é interior ao seminário todo fazer de superfície que contribui para a boa realização do fazer profundo e, portanto, para a reparação da falta (ausência de saber); é exterior ao seminário todo fazer de superfície que perturba a reparação da falta e tende a romper o contrato. Assim, toda conversação privada entre os participantes ao seminário é exterior ao seminário, enquanto que uma discussão a propósito do assunto da sessão é interna ao seminário. É o mesmo para o fazer escrever, olhar...

Duas observações se impõem: um fazer exterior ao seminário desempenha um duplo papel de embreador e debreador com relação ao fazer do seminário. É debreador no sentido de que retira o participante e o projeta para fora do seminário. É embreador porque essa extração

não é definitiva, mas temporária: há retorno ao fazer do seminário, e isso por uma modificação do fazer exterior ao seminário. A exterioridade desses fazeres é, portanto, relativa. Ela é mesmo duplamente relativa e é objeto da segunda observação: é possível definir duas “exterioridades” ao seminário. O que está em questão acima corresponde a um fazer que se desenvolve no tempo e no espaço do seminário. Ora, é possível definir uma outra exterioridade, mais radical: a que está fora do tempo e do espaço do seminário. E a dos não participantes, e que não nos interessa aqui senão na medida em que permite definir o topos e o tempo do seminário.

## 2.2. Nível de superfície

— O deslocamento: compromete todo o corpo e se define para todo membro do seminário. Antes e depois do seminário, a sala conhece uma forma dinâmica dos participantes. Trata-se da transição entre o exterior e o interior, entre o público e o privado, passando pelos diferentes espaços do prédio (cf. § 1.2). O tempo do seminário se caracteriza pela interdição da dinâmica, ou melhor, pela recomendação de imobilidade (estar sentado), recomendação acentuada pela disposição dos lugares onde todo movimento é incômodo (cf. § 1.3). A imobilidade dos participantes não é absoluta: ela não diz respeito a não ser ao deslocamento do corpo todo, as partes do corpo (mãos, cabeça...) conservam uma certa liberdade de movimento. Assim, o percurso é impossível no espaço do seminário (é um beco sem saída) mas a posição sentada conhece um certo grau de mobilidade. Notemos que essa imobilidade não é efetiva a não ser a partir do momento em que Greimas atravessa a porta. Antes, a dinâmica exterior ao seminário é contínua no interior mesmo da sala. Para os estudantes que chegam antes de Greimas, não há passagem entre exterior e interior (o não-seminário e o seminário) e, por consequência, eles não fazem uma “entrada”, como também não fazem uma “saída” ao final. O seminário não é instaurado senão no momento preciso em que Greimas faz sua entrada, como no teatro, quando a cortina se levanta. Nesse momento, a assembleia vira “o seminário”. Sendo Greimas acompanhado por seus convidados e seus assistentes, essa entrada<sup>6</sup> é valorizada com relação ao “público”, que é o anti-sujeito. Além disso, esse trajeto abre uma passagem num lugar onde o deslocamento é difícil.

Durante o seminário, apenas o sujeito terá direito ao deslocamento, no interior do

---

6 Nesse espaço *ex-cathedra*, a entrada do “sujeito” é ainda mais marcada: o professor entra e sai por uma porta especial disposta perto do quadro. O anfiteatro é, portanto, um duplo beco sem saída, ao mesmo tempo para o sujeito e para o anti-sujeito.

topos que é o seu (cf. § 1.3). Os outros participantes não possuem esse direito. Toda intrusão no topos do sujeito é uma transgressão tornada possível por autorização verbal ou gestual do sujeito. Essa predominância do estático terá por consequência uma valorização de outros fazeres: exemplo: o olhar, que percorre o espaço, embora de uma maneira diferente.

— O fazer visual: para o anti-sujeito, podemos distinguir várias sequências características: 1. O movimento do olhar tenta situar o polo central (Greimas) no campo de visão. Esse movimento incorpora na sua atividade fragmentos do espaço. Sua importância provém do fato de que permite manter faticamente contato com o seminário.

2. A visão dobrada, dirigida em direção ao fazer cognitivo e individual. O participante escreve, toma notas etc., ou escuta (a escuta é um fazer particular que se articula com o “falar” e o “não falar”). Na medida em que o fazer cognitivo é assim valorizado, o espaço físico (ou natural) é desvalorizado, rejeitado, em proveito de um espaço significado correspondente ao nível profundo do conteúdo (cf. § 3). Esse olhar voluntário pode também tornar-se desconcentrado, ausente. Destaca-se do fazer cognitivo, é a sonolência, o sonho acordado... Pode ser também meditação paralela ao fazer cognitivo de base.

3. O percurso selvagem: o olhar não é centrado em Greimas, nem sobre o fazer cognitivo, mas salta dos participantes em direção a diferentes objetos, dos objetos aos elementos da arquitetura... à falta de janela, que em geral, interessa a essa visão “selvagem”. Deve-se notar que é frequente esse tipo de olhar que permite descobrir o espaço “natural”. A atenção se desloca do seminário em relação ao espaço no qual acontece o seminário. Esse olhar, centrado demais no nível da superfície da expressão, projeta seu sujeito para fora do seminário, porque ele é extraído da cadeia de produção do saber, objeto do seminário.

Observação: o fazer visual, mesmo se é mínimo, é indispensável para a presença efetiva no seminário. A escuta da fala gravada, ou a escuta sem visibilidade a partir do patamar, não são suficientes para manter a atenção e compreender as trocas, as quais em boa parte são gestuais ou ligadas ao fazer do sujeito (cf. § 3).

O olhar do sujeito aparece como um controle, que toma a forma de uma varredura geral ou a da fixação.

1. A varredura. O sujeito olha seu público para dizer: “olhe-me, escute-me”. Para tal, desempenha sua função de embreador, e manifesta um “querer fazer fazer”. Testa a passagem da comunicação e verifica se há avaliação de seu discurso. Enfim, reconhece seu público-interlocutor e modula sua intervenção em função das reações.

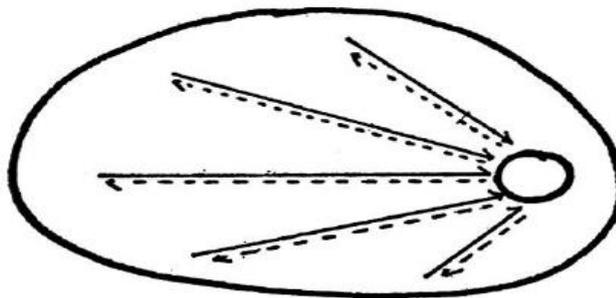
2. A fixação. Greimas escolhe sempre alguns representantes do seminário que ele olha

entre duas varreduras de modo acentuado. Os participantes assim olhados respondem ao olhar e o sustentam. A comunicação entre o sujeito e o anti-sujeito se encontra, portanto, individualizada e se passa ao nível mais pessoal. Simultaneamente, Greimas se assegura de que sua mensagem seja compreendida. Os representantes não ocupam lugares quaisquer: a troca visual necessita de uma certa proximidade, senão uma situação face a face. Encontrar-se-ão, portanto, os lugares dos representantes na vizinhança imediata do sujeito, ou fazendo-lhe frente no fim da mesa. Esses lugares são frequentemente ocupados pelos “antigos” do seminário: estes procuram a comunicação com Greimas e se colocam, portanto, em conformidade; por outro lado, como Greimas os conhece bem, lhe é mais fácil dirigir-se a eles.

Enfim, o sujeito exerce um controle visual sobre a atividade do conjunto do lugar, em particular a porta, por onde entram os que chegam atrasados, ou saem (mais raros) os que têm outras preocupações.

O olhar, quer seja o do sujeito ou o do anti-sujeito, é direcional: parte do que olha em direção ao que é olhado. Se tomado o ponto de vista do anti-sujeito, pode-se dizer que os olhares convergem sobre Greimas. Um olhar que se mantém sobre uma outra pessoa é um olhar exterior ao seminário.

De modo simétrico, Greimas distribui seu olhar sobre os membros do seminário. Se é possível falar em convergência de olhares partindo do anti-sujeito, há divergência de olhares do sujeito e, nos dois casos, há um polo único: Greimas, ponto de chegada das direções do olhar.



Tal é o funcionamento ordinário dos olhares do seminário. Notemos, contudo, que Greimas pode se despolarizar a si mesmo e fazer convergir os olhares sobre o convidado, sobre um participante, ou mesmo sobre um objeto (maço de cigarros). Basta-lhe para tal dizer algumas palavras, e seu fazer toma então um estatuto meta-semiótico com relação ao fazer do seminário: ele regula este último. Chegamos ao terceiro fazer de superfície: a fala.

— A fala: é o fazer de superfície principal: de fato, a produção do saber se faz pela fala. Se a escrita desempenha um papel não negligenciável, da mesma forma que a gestualidade e as relações espaciais, a fala desempenha um papel privilegiado que podemos remeter a dois fatores:

— um fato cultural, que privilegia a fala, a discussão, atribuindo-lhe muito valor no domínio correspondente. Ao contrário, podemos notar que o ensino e a produção do saber na arquitetura ou a pintura não valorizam a fala da mesma maneira;

— um fato estrutural: a língua natural, veículo da fala, permite transcrever as outras linguagens.

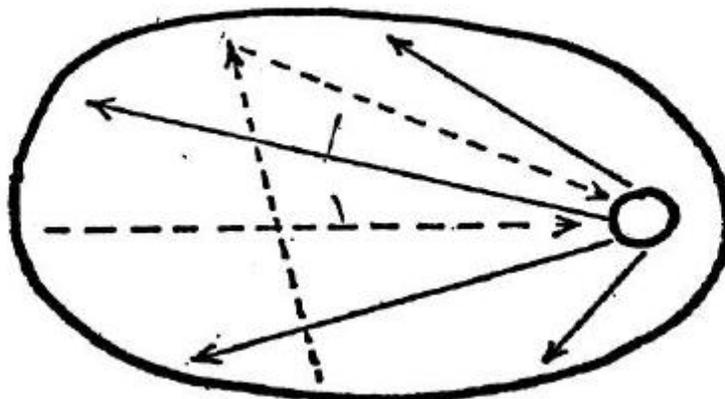
Sujeito e anti-sujeito recorreram à fala na realização do programa narrativo do seminário. Contudo, apenas o sujeito possui uma metafala: a que lhe permite regular o desenvolvimento e a produção do saber. Apenas ele possui a fala plena, cede-a, a distribui durante as discussões. Esse poder lhe é concedido institucionalmente em consagração ao seu saber que lhe permite avaliar o saber dos outros. Esse mecanismo de atribuição do “poder falar” ao detentor de um saber é geral no andamento do seminário: para intervir nas discussões, deve-se saber de que se trata a questão e, ademais, deve-se possuir o vocabulário adequado. O não domínio de fundo ou de vocabulário exclui o participante das discussões. No entanto, há apenas um único saber regulador, colocado acima dos outros: o de Greimas.

A fala do anti-sujeito pode ser caracterizada, como os outros fazeres de superfície, como interior ou exterior ao seminário. O falar do seminário corresponde a duas categorias: a pergunta e a avaliação. Nos dois casos, o participante que fala remete a seu saber anterior. Propondo uma questão, diz que no seu modo de ver o discurso do sujeito foi incompleto, e que é preciso completá-lo. Trata-se de uma avaliação implícita, comparável à avaliação explícita que ele pode enunciar e que não tem sentido senão porque ele já sabe qualquer coisa a respeito do objeto discutido no interior do seminário.

O falar exterior ao seminário não se dirige à assembleia dos participantes (como foi o caso do falar interior ao seminário) mas unicamente a um vizinho ou um pequeno número de vizinhos. Essas falas à parte podem ser estritamente privadas, nos casos em que são exteriores ao seminário, ou ainda ter uma relação com o que diz o sujeito e, nesse caso, têm um estatuto ambíguo, ao mesmo tempo interior e exterior. Vejamos aqui a propósito de um caso preciso o que chamamos fazer embreador/debreador quando falamos dos fazeres de superfície em geral (§ 2.1).

Há também um falar ainda mais exterior ao seminário: o que tem lugar fora do tempo

do seminário, embora dentro do lugar do último. Pode-se observar que a fala é então livre, da mesma forma que o deslocamento: há uma suspensão simultânea das interdições de falar e de se deslocar. Durante o seminário, a fala está proibida, salvo autorização do detentor do poder e do saber, e o falar cede lugar ao escutar, olhar, escrever, meditar, rabiscar... todos fazeres que pressupõem a fala de um outro. A fala do seminário é exclusiva: quer seja o sujeito ou um participante, o que fala é o único a falar, e os outros obedecem à interdição. Ora, vimos que a relação do olhar do sujeito e do anti-sujeito não é exclusiva: há uma troca de olhares e comunicação visual. A fala aparece então aqui como mais hierarquizante. Esse fato aparece também no nível das relações entre os participantes: duas pessoas que assistem ao seminário podem se olhar sem que isso seja concernente ao sujeito que fala. Ao contrário, toda troca de falas (interiores ao seminário) se dirigem indiretamente ao sujeito: é com relação ao que acaba de dizer que uma discussão pode se desenvolver entre dois participantes. O esquema polar do seminário como relação ao fazer “falar” é, portanto, o seguinte:



O sujeito fala aos participantes, cede-lhes a fala, no caso em que a fala lhe é diretamente ou indiretamente dirigida.

Qualquer um que esteja interessado em estudar os fazeres “escrever”, “escutar”, “fumar” (que são interiores ao seminário) e “devanear”, “dormir”, “desenhar” (que são exteriores ao seminário) que foram observados, e opô-los ao “falar” e ao “olhar”, deve renunciar a isso por duas razões: a falta de lugar, e o fato de que é mais difícil colocá-los em relação com o nível profundo. Passaremos, portanto, diretamente ao estudo desse nível.

### 2.3. Nível de profundidade

Ele se caracteriza por um programa narrativo que propõe um objeto: o saber. O sujeito e o anti-sujeito se definem respectivamente pela conjunção e pela disjunção com o saber, e vemos que essas relações (conjunção e disjunção) resultam de uma convenção: o anti-sujeito nega seu saber anterior para desempenhar seu papel de destinatário, e referência enquanto que remete a esse saber quando faz a avaliação do objeto-valor proposto pelo destinador. Da mesma forma, o sujeito nega seu saber para receber a avaliação do anti-sujeito e transformar seu saber de modo que seja produção e não somente transmissão de um objeto-valor. Passando pelo fazer-parecer não-saber, o sujeito e o não-sujeito concorrem para produzir um saber; eles desempenham um papel similar e é o seminário todo que é o sujeito do enunciado “produção do saber”, enquanto que o EHESS aparece no papel de sujeito da enunciação. Na medida em que o EHESS delega seu poder a Greimas, desempenha o papel de sujeito da enunciação e aceita implicitamente atribuir ao seminário o papel de sujeito do enunciado. Uma tal distribuição de papéis depende de um contrato implícito entre o EHESS, Greimas e os estudantes e pesquisadores que participam do seminário. Na esfera desse contrato, o poder é atribuído ao detentor do saber, Greimas. Devido a seu saber, ele tem o poder de controlar o andamento do seminário e de exercer (no nível de superfície) um fazer metasemiótico sobre o fazer do seminário (§ 2.2). Em contrapartida, ele é submetido a um dever dizer: deve falar, comunicar um saber, provocar a comunicação e a produção de um saber. Quando delega seu papel de sujeito a um convidado, delega-lhe uma parte de seu poder (o de falar) mas conserva o de regulador metasemiótico com relação ao fazer do seminário.

O participante é submetido a um dever escutar, e a um dever não mudar de lugar, nem falar, nem perturbar. O poder de falar não lhe é concedido a não ser para provar um saber quando toma a fala.

Os dever-fazer do sujeito e do anti-sujeito se exprimem, portanto, facilmente no nível de superfície, enquanto que são mais difíceis de mostrar no nível profundo. Contudo, não há dúvida de que, se o seminário não produzisse saber, sua existência seria inclusive ameaçada, tanto do ponto de vista da frequência quanto do ponto de vista institucional: o EHESS não manteria muito tempo um seminário no qual nada é produzido e o “Anuário da Escola” está lá para testemunhar todos os anos, ao menos administrativamente, a produção do saber.

No contrato implícito que liga Greimas a seus alunos por uma parte e o conjunto do seminário ao EHESS por outra, o saber objeto do contrato não é colocado como um valor absoluto: submete-se à avaliação, tanto no interior do seminário quanto entre o seminário e o

EHESS. Em particular, o saber pode não ser reconhecido. Essa situação de produção de im saber novo pode de forma útil ser oposta à transmissão de um saber adquirido assumido pelo ensino *ex-cathedra*: o saber a transmitir é definido pela instituição e os aprendizes o recebem como verdade, sendo essa verdade um valor constante e não sujeito à avaliação. Por consequência, se o funcionamento do ensino *ex-cathedra* é antes o da execução de um contrato, o do seminário aparece por oposição regido por condições mais difusas, que justificariam, ainda se fosse necessário, o termo de convenção que já introduzimos a esse respeito. Além disso, uma convenção pode se acomodar a um certo número de modalidades, enquanto que o contrato define a única modalidade que lhe compete. Assim, o contrato *ex-cathedra* impõe ao anti-sujeito um único dever-fazer, enquanto que a convenção do seminário reconhece no anti-sujeito um querer (não há obrigação alguma de comparecer) que pode aplicar-se a dois fazeres diferentes: adquirir um saber, produzir um saber. São esses os diversos aspectos da convenção do nível profundo que condicionam a especificidade dos fazeres de superfície que vimos anteriormente (§ 2.2).

### **III. Ensaio de colocação em relação expressão e conteúdo**

#### **3.1. *Semiose e Comutação***

São os membros do seminário (ao mesmo tempo sujeito e anti-sujeito) que contribuem, por seu fazer, para dar um sentido e estruturar o conteúdo que tentamos analisar. O sentido é produzido pelos membros e é destinado (ao menos em parte) aos próprios membros. Ainda que se apoiando sobre o espaço e as configurações dos objetos, o fazer dos membros tende a obliterar os objetos em proveito da produção do saber. O que é afirmado é um fazer cognitivo e é convencionalmente recomendado não levar em conta as condições físicas: assim, espera-se não ser incomodado pelo calor, pela fumaça dos cigarros, pela estreiteza dos lugares, pelas correntes de ar... todas essas variáveis, correspondentes ao que chamamos nível da expressão são relegadas a último plano, implicitamente negadas. Em suma, o espaço físico não é valorizado e parece que a produção do saber é a única reconhecida como valor. Um tal esquema não deveria nos surpreender, uma vez que é a de toda simbolização: o significante não está lá a não ser para permitir apreender o significado; o que é importante numa comunicação não é o significante em si mesmo, mas aquilo a que remete. No caso de que nos ocupamos, os membros do seminário têm um discurso

semelhante: não é o espaço físico que lhes interessa, mas aquilo a que ele remete. Contudo, o significado não pode ser apreendido sem seu significante, e deve-se resguardar de atribuir um sentido forte demais à negação relativa da qual falamos acima a propósito do espaço físico do seminário.

A análise dos parágrafos 2.1 e 2.2 permitiu-nos ver que a apreensão do nível do conteúdo é valorizada como interior ao seminário, enquanto que a do nível de expressão é percebida como exterior ao seminário. Além disso, os fazeres de superfície que permitem efetuar uma ou outra apreensão são os mesmos, o que nos leva a nomeá-las embreadores/debreadores. Assim, parece que um interesse demasiado grande relacionado à expressão impede a percepção do conteúdo e, inversamente. Há, portanto, um equilíbrio entre espaço físico e o espaço imaginário do fazer cognitivo da produção do saber: quando um está presente demais, o outro tende a desaparecer. Esse equilíbrio é instável, e a convenção (§ 2.3) é para assegurar a manutenção. A título de exemplo, quando fomos levados a analisar o espaço do seminário, encontrávamo-nos fora do que se fazia no interior do seminário: não podíamos simultaneamente observar o andamento do fazer e tomar parte nesse fazer.

No âmbito da convenção, o conteúdo não nega o espaço físico, mas o pressupõe, uma vez que não pode existir sem este último. A questão que resta saber é quais os elementos que estão estritamente pressupostos e quais são os que dependem da contingência. Veremos, pela comutação, que a pressuposição liga essencialmente os níveis profundos da expressão e do conteúdo.

O seminário de M. Greimas teve lugar em diferentes endereços (rua dos Bernadins, rua Varene, rua de Tournon). Podemos, portanto, comutar os lugares sob a condição de respeitar certas restrições:

— *fechamento espacial*: necessita de um espaço que se possa reconhecer como o do seminário, por oposição ao espaço exterior do seminário.

— *fechamento temporal*: há um tempo do seminário, caracterizado por uma duração limitada (duas horas) que definem o que não é o tempo do seminário no período (sete dias) que separam uma sessão de outra.

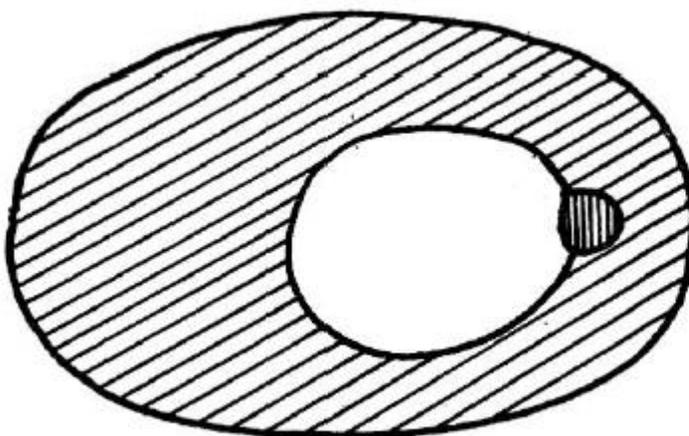
— *importância numérica da assistência*: se há menos de dez pessoas, não há seminário, e se há mais de cem, é um curso.

— *presença de M. Greimas ou de seu substituto*.

Se essas condições são satisfeitas, o seminário pode acontecer. Pode-se observar que há muito poucas condições relativas ao espaço físico, enquanto que há duas condições

essenciais relativas aos membros: é necessário que haja um sujeito e um anti-sujeito para que haja um fazer; há um limite inferior e um limite superior para o número de participantes anti-sujeito. Há, portanto, preeminência das pessoas sobre os objetos. Basta um sistema físico mínimo se as condições relativas às pessoas são preenchidas.

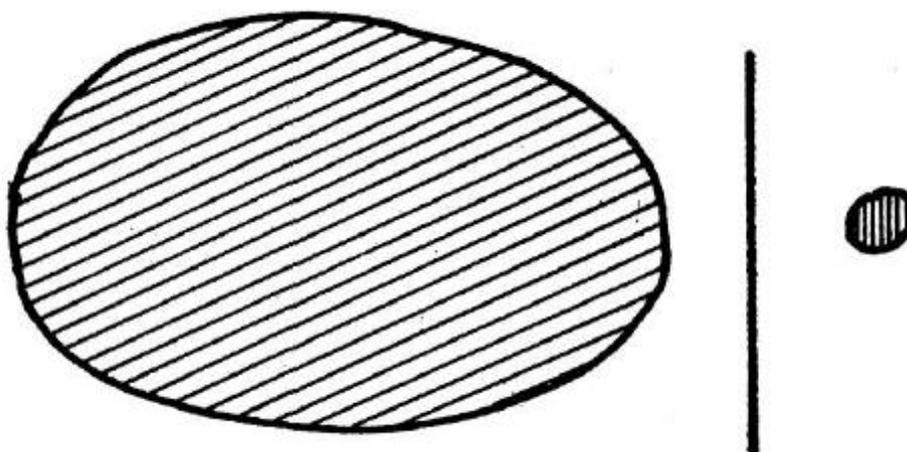
Já observamos (§ 1.4) que o seminário pode ter lugar ao ar livre. Nesse caso, a região ocupada pelos membros se define como sendo a do seminário, oposta ao resto não ocupado. Uma tal reunião pode ser considerada como sessão ordinária do seminário se reúne os membros habituais no período habitual. Espacialmente, a região do seminário tenderá a ser circular (sem qualquer obrigação de regularidade) e conterá um furo no qual estará situado o detentor do saber (Greimas ou seu substituto). Assim, o que é espacialmente pertinente é a configuração topológica seguinte:



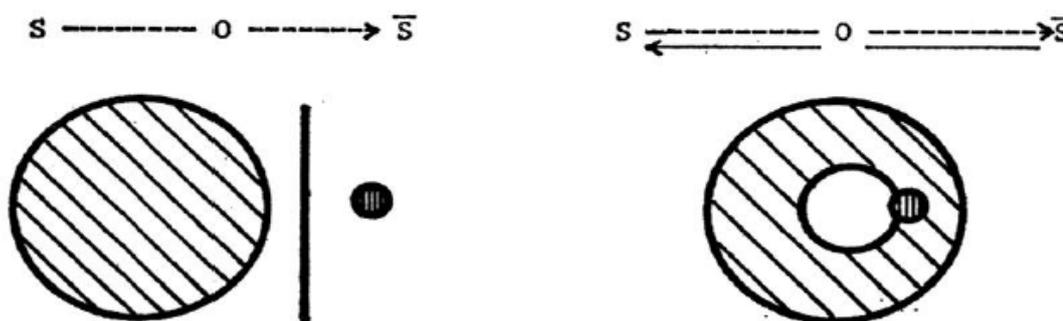
Uma região com um furo e um polo. A região (com seus membros) é a expressão de signo significando o anti-sujeito, o polo (com seu ocupante detentor do saber) é a expressão de signo significando o sujeito, e o furo aparece como uma necessidade topológica para autorizar os fazeres de superfície: falar, olhar, escutar... o furo é necessário à atividade do seminário e sua evolução sintagmática. Na sala da rua de Tournon, o furo é ocupado pela mesa, que aparece, portanto, como correspondente ao nível de superfície. O fato de estar em torno do furo coloca os membros numa certa relação de igualdade, necessária por convenção. Esse furo pode ser composto por uma mesa, sólida ou oca, retangular ou quadrada... o que não modificará fundamentalmente a relação inicial entre os membros (embora as diferentes realizações de superfície possam introduzir conteúdos não negligenciáveis, cf. J. P. Bonta,

artigo já citado, e também nossas observações do parágrafo 1.4 sobre as relações quanto a estar “em torno da mesa” e “estar perto de Greimas”).

Podemos opor isso ao espaço do ensino *ex-cathedra*, no qual a região dos ouvintes se opõe a uma região isolada, a do detentor do saber. Essas duas regiões são distintas, e sua diferença é significada por uma barreira em madeira, ou um púlpito... A barreira separa o saber do não-saber, enquanto que o furo do seminário torna possível a produção do saber.



Uma observação se impõe: o nível profundo do conteúdo (sujeito, anti-sujeito, objeto-valor) não pressupõe senão que o nível profundo da expressão (uma região, um polo, um furo ou uma barreira). A cada cadeia sintagmática de fazer corresponde uma configuração topológica própria:



Para que o programa narrativo de produção do saber possa se desenvolver, isto é, para que haja seminário, basta uma configuração mínima das expressões dos signos que correspondem aos actantes. São os fazeres de superfície que impõe condições ao nível de superfície da expressão (cadeiras para se sentar, mesa e quadro-negro para escrever,

iluminação, paredes, isolamento...) e embora a correspondência apareça como particularmente estreita entre os dois níveis de profundidade, é menos precisa entre os dois níveis de superfície.

### **3.2. Os polos expressões de signos do nível profundo**

Continuaremos a análise articulando sobre a oposição dos espaços seminário /vs./ *ex-cathedra* — a partir dos esquemas topológicos estabelecidos acima. O espaço *ex-cathedra* possui apenas dois polos, claramente separados, fixos. Correspondem ao sujeito e ao anti-sujeito, formando dois polos distintos. Temos, portanto, um espaço simplesmente bipolar. Não se dá o mesmo para o seminário. Vimos (§ 2.1) que o sujeito pode se dividir e ceder seu papel a um convidado ou um membro antigo, que desempenham então o papel de detentor do saber. No nível das estruturas profundas, o esquema topológico não muda: há sempre um sujeito cuja região é incluída topologicamente na região do anti-sujeito. É necessário ao menos levar em conta dois fatores: — Greimas está sempre presente, e conserva o papel de regulador do andamento sintagmático. Há, portanto, três polos: um anti-sujeito, um detentor do saber, e um detentor do poder.

— A pessoa convidada a falar participa frequentemente do seminário. Faz parte, portanto, do anti-sujeito habitual e sai provisoriamente de seu grupo para desempenhar um papel de sujeito. Durante o andamento das sessões posteriores, conserva alguma coisa desse poder falar que lhe foi concedido, intervém mais frequentemente que os outros participantes. Se não tem todas as qualidades de um polo, possui algumas. O seminário possui, portanto, três polos: é multipolar, e essa multipolaridade é variável.

A multipolaridade dos sujeitos do espaço do seminário se manifesta não somente pela cessão do poder entre Greimas e seu(s) convidado(s); manifesta-se pela atitude no deslocamento físico conferido ao sujeito: convencionalmente, este último pode deixar seu espaço, ir ao quadro-negro, falar andando... Greimas não ocupa sempre o mesmo lugar, e não se dá o mesmo com seus convidados (no eixo da mesa, à direita, à esquerda, cf. § 1.3 et 1.4). Essa mobilidade dos polos no nível de superfície corresponde também ao anti-sujeito: se o anti-sujeito está sempre numa única região do ponto de vista topológico, deve-se distingui-la dos polos a partir do momento em que se tenha tomado a palavra. Ora, todo participante pode tomar a palavra, é uma condição fundamental do desenvolvimento do seminário. Assim, a região do anti-sujeito poderia se diluir em um multiplicidade de polos individuais. De fato,

não é assim porque a tomada da palavra é condicionada à posse de um saber, de um vocabulário e de uma técnica de intervenção. Há também participantes que jamais tomam a palavra enquanto que outros o fazem regularmente (§t 1.4 et § 2.2). Além disso, nas condições de realização do seminário na rua de Tournon, há partes da sala onde jamais é tomada (o patamar, a porta). São *sub-topoi* do polo anti-sujeito onde a palavra é tornada impossível pela configuração dos lugares.

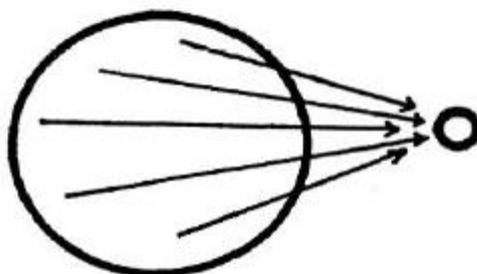
Veem-se, portanto, exprimir-se pela multipolaridade no plano da expressão as condições complexas da convenção que regem o seminário, embora o contato do ensino *ex-cathedra* se exprima por um esquema bipolar simples.

Fora das relações topológicas que entretêm os *topoi* entre si, podemos pôr em evidência direções determinadas pelos polos tomados dois a dois. O próprio termo polo (que utilizamos acima para distinguir sujeito e anti-sujeito no eixo da transmissão do saber do espaço *ex-cathedra*) conclama a noção de direção e, ainda mais, à de convergência e de divergência de direções. A noção de polo e a de direção são ligadas e se definem mutuamente.

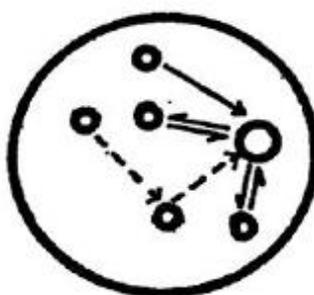
As direções que nos interessam nos espaços pedagógicos são as da comunicação pela fala, pelo gesto, e pela escrita (no quadro-negro). A fala pode ser acoplada a uma direção que parte do sujeito para o anti-sujeito. O gesto e a escrita podem ser mais comodamente ser relacionados ao anti-sujeito que olha o sujeito. Essa distinção provém do uso que fazemos da língua natural na qual é a fala que tem uma direção e não a escuta, e onde é o olhar que é marcado e não o gesto ou o signo olhado. Vimos que ao olhar corresponde um anti-olhar que a ele responde (§ 2.2) e que à fala correspondem um olhar e uma escuta que se inscrevem na mesma direção, mas em sentido oposto.

O espaço *ex-cathedra* não tem mais que dois polos, portanto, uma única direção. No sentido de ir do sujeito para o anti-sujeito, essa direção é a da fala: esse sentido, que é o da transmissão do objeto-saber, é fixo. Os ouvintes não têm o direito de falar; eles escutam.

Contudo, a escuta apenas é insuficiente à compreensão de um certo número de mensagens, daí a necessidade para o anti-sujeito de olhar. O próprio sujeito não tem frequentemente necessidade de olhar seus destinatários. Aliás, não poderia olhá-los todos: são numerosos demais. Apenas a direção do olhar do anti-sujeito é marcada, e se se quer levar em conta a multiplicidade dos ouvintes, seria necessário falar da convergência dos olhares sobre o sujeito. Ele é, então, polo no sentido estrito do termo.



Por oposição, a multipolaridade do espaço do seminário vai nos apresentar esquemas direcionais mais complexos. A fala do sujeito se dirige ao anti-sujeito no seu conjunto, mas vimos que Greimas escolhe pessoas a quem endereça mais precisamente seu discurso. A direção da sua fala se duplica a de seu olhar e é essa conjunção que personaliza a comunicação. Ocorre o mesmo para um bom número de interventores que Greimas convida a falar, ainda que tenham tendência a se dirigir mais particularmente ao próprio Greimas como anti-sujeito, e não à assistência. Essa comunicação privilegiada se exprime pela conjunção de direções da fala e do olhar. Vimos também que os membros do seminário podem se endereçar uns aos outros e que essa comunicação (fala e olhar) se dirige *também* a Greimas por um intermediário, o que nos dá um esquema direcional reflexivo, novo, com relação aos esquemas precedentes, uma vez que o destinatário real não é o destinatário aparente.



Entre essas direções, somente é marcada em nível de superfície a que vai do sujeito em direção ao anti-sujeito. As outras, acessíveis a nossa observação e destinadas aos outros polos, não são inscritas no sistema dos objetos que serve de quadro ao seminário.

#### IV. Conclusão

Esse estudo é limitado. Toma como objeto um fazer institucional situado num lugar e num tempo precisos. É, portanto, um objeto particularmente simples, cujos níveis da expressão e do conteúdo são facilmente separáveis, da mesma forma que cada um deles se presta muito bem à análise. O que falta, contudo, é uma sintaxe que se manifeste ao mesmo tempo sobre os planos da expressão e do conteúdo. Foi apenas delineada. Um tal sintaxe dependeria de uma semiótica geral do espaço, que está longe atualmente de ser elaborada. É necessário também levar e conta o fato de que nosso objeto é extremamente reduzido, simples demais para permitir o desenvolvimento de uma sintaxe geral.

Não é tudo. Essa análise põe em evidência um fato que, a nosso ver, é inteiramente novo: a estreita dependência entre os níveis profundos da expressão e do conteúdo.

Embora o modelo elaborado pelo Grupo 107 não realize mais que a oposição sistema /vs./processo, comprovamos a necessidade de distinguir, para articular esta análise, os níveis de profundidade e de superfície no interior mesmo do sistema. Feita essa distinção, podemos ver que estava subjacente ao modelo da “Semiótica do espaço” do Grupo 107 e que permaneceu implícita: os *topoi* são unidades que permitem atingir a estrutura profunda da expressão e colocá-la em relação direta com a estrutura profunda do conteúdo. Este último aparece então como um programa narrativo. Esse ponto de vista é novo para a teoria da arquitetura. Se a noção de “fazer” aparece já como uma generalização da noção de “função”, a articulação do fazer em programa narrativo abre horizontes inesperados. Considerando o espaço que articula as ausências e os programas que os reparam, a semiótica poderá servir à criação da arquitetura.

Enfim, será necessário conduzir nossas pesquisas para além do estágio desse estudo e tentar ver o que, numa semiótica espacial, corresponde aos enunciados de estado transformados pelos enunciados do fazer que sabemos agora apreender. Fica por fazer.